Unidade 4

Planejamento das ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN)

Planejamento das ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN)

Objetivo de Aprendizagem:
Orientar sobre como planejar, elaborar e avaliar um plano de ações de EAN de forma intersetorial.

Para finalizar este módulo, e também o nosso curso, queremos empoderá-los e instrumentaliza-los sobre o planejamento das ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN). Ao longo de todo curso trabalhamos conceitos, metodologias e referenciais que lhes permitirão compreender cada passo delimitado nessa unidade. Mas caso ainda restem dúvidas vocês sempre poderão recorrer as apostilas dos módulos anteriores.

Pensando em trazer o melhor conteúdo a vocês convidamos a Professora Doutora Andhressa Fagundes para escrever essa unidade. Aproveitem!

1. PLANEJAMENTO

Como já vimos ao longo do curso, toda ação que visa mudança de realidade necessita de planejamento. Por isso, não há como desenvolver ações de EAN sem antes planejar! Planejar significa pensar para intervir e intervir para mudar, visando determinados fins ou metas (CERVATO-MANCUSO, 2011).

O planejamento é considerado um instrumento que tem o objetivo de produzir mudanças positivas em um contexto que sofrerá alguma intervenção, por meio do uso articulado de recursos (logísticos, materiais, humanos, tempo). Ele é considerado, portanto, uma ferramenta administrativa (CASTRO, 2005), que possibilita perceber a realidade, avaliar os caminhos e construir um referencial futuro.

O planejamento serve para:

- Identificar problemas;
- Levantar as demandas reais;
- Formular propostas coerentes com as necessidades do grupo ou comunidade;
- Garantir a participação e cooperação do grupo ou comunidade;
- Cumprir prazos;
- Organizar racionalmente o trabalho;
- Atingir os objetivos.

Pensando em EAN, o planejamento se faz necessário devido à complexidade e diversidade de fatores que precisam ser consideradas para que as ações atinjam o seu objetivo. Dentre eles podemos citar: o público alvo, o local da ação, os recursos disponíveis, os assuntos abordados e a metodologia escolhida.

Por onde começar?

Fazendo as perguntas certas! Segundo Castro (2005), algumas questões são essenciais para o planejamento: O que fazer? O que priorizar? Por que fazer? Para quem fazer? Onde fazer? Quando fazer? Quantas vezes fazer? Sobre o que fazer? Como fazer? Quem vai fazer? Quanto custa fazer? O que esperar? Tendo essas respostas já é possível passar para o próximo passo!

Como surgirão muitas demandas é preciso: definir e priorizar as necessidades ou problemas; identificar e avaliar os recursos disponíveis, os atores envolvidos e os problemas prioritários; criar condições de viabilizar as ações; e avaliar resultados, produtos e impactos das mudanças (ESPERANÇA; GALISA, 2014; CERVATO-MANCUSO, 2011; BRASIL, 2013; 2012).

Parece trabalhoso e complexo? Mas fique tranquilo! Vamos detalhar passo a passo até ficar simples e fácil!

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação elaborou, em 1999 (FAO, 1999), um Guia Metodológico de Comunicação Social em Nutrição, propondo uma estrutura elementar de planejamento, dividida em 4 etapas essenciais: (1) concepção, (2) formulação, (3) implementação e (4) avaliação. Posteriormente esse planejamento foi descrito por Cervato-Mancuso (2011), que detalhou essa estrutura teórico-metodológica no contexto das ações de Educação Alimentar e Nutricional:

- Concepção é o estudo da análise dos problemas alimentares e nutricionais da comunidade (diagnóstico), onde serão identificados os fatores causais que serão considerados na intervenção.
- Formulação é a etapa para estabelecer objetivos, elaborar mensagens e selecionar métodos e definir os critérios necessários.
- Implementação é a fase de elaboração de materiais de apoio e execução da intervenção.
- Avaliação é a etapa de análise crítica e sistemática das realizações e resultados do plano em relação aos objetivos propostos.

Para facilitar, podemos sistematizar o planejamento das ações de EAN contemplando: a estrutura básica de quatro etapas, as perguntas norteadoras, e os aspectos dessa evolução, como proposto no Quadro 8.

QUADRO 8. Síntese de propostas de planejamento de intervenção de EAN.

Etapas Estrutura Básica	Perguntas norteadoras	Questões (abrangentes) e etapas propostas
(1) Concepção	O que fazer? Para quem fazer?	Qual é problema? (Diagnóstico e territorialização)
(2) Formulação	Por que fazer? O que priorizar? Sobre o que fazer? Como fazer? Onde fazer? Quando fazer? Quantas vezes fazer (periodicidade)? Quanto custa fazer? Quem vai fazer? Com quem fazer? O que esperar?	O que deve ser mudado? (Sujeitos da ação, Objetivos)
		O que podemos fazer para colaborar com a mudança? (Conteúdos, Métodos, Parceiros, Local, Cronograma e Recursos)
(3) Implementação	Execução	(Execução/Operacionalização)
(4) Avaliação	O que precisa mudar?	O que mudou? (Avaliação)

Adaptado de: CERVATO-MANCUSO, 2011; ESPERANÇA; GALISA, 2014; BRASIL, 2013.

Observem que as questões mais abrangentes, propostas na 3ª coluna, são uma síntese das duas anteriores. Ou seja, temos a estrutura de uma proposta clássica (FAO, 1999), que considera as perguntas importantes para o direcionamento de um planejamento e ao mesmo tempo contempla as questões mais atuais da EAN.

Essa terceira coluna representa a concepção de EAN proposta no Marco de Referência de EAN para Políticas Públicas, já que inclui elementos que irão permitir a valorização da cultura da população, as ações intersetoriais, as metodologias ativas, culminando na garantia da SAN. **Ainda não está claro?**

Vamos, então, detalhar o que precisamos fazer em cada uma dessas etapas para termos um bom planejamento e, consequentemente, a implementação de ações de EAN com mais possibilidade de sucesso!

2. PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PLANOS DE EAN

As ações intersetoriais de EAN podem (e devem) ser promovidas nos setores públicos da saúde, assistência social, educação, segurança alimentar e nutricional, agricultura, desenvolvimento agrário, abastecimento, meio ambiente; nas esferas Federal, Estadual, Municipal e Regional (BRASIL, 2012). Desse modo, a proposta de implementação pode ser conduzida por profissionais que atuem em qualquer destes setores e, preferencialmente, em parceria.

2.1. Qual é problema? (Diagnóstico e territorialização)

Para essa etapa é necessário identificar o problema, as possíveis causas e determinantes, definir as prioridades, e fazer a análise dos recursos disponíveis no território para o projeto. É como estabelecer uma linha de base, por meio da coleta e análise de dados básicos ou uso de indicadores confiáveis já existentes. É importante fazermos o diagnóstico para conhecer a magnitude, os determinantes e as consequências da situação existente (ESPERANÇA; GALISA, 2014; BRASIL, 2018).

O território é considerado um campo estratégico, em especial para questões relativas à garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). É nesse espaço que se estabelecem os hábitos e as escolhas alimentares, acesso e disponibilidade para práticas educativas e troca de saberes, que são socialmente construídas e permanentemente transformadas pelos atores sociais que o habitam (BRASIL, 2013; GABRIEL; FAGUNDES, 2017).

Vários são os aspectos que precisam ser considerados durante o diagnóstico territorial, como foi descrito no módulo 2 desse curso, quando falamos em território e ambiente nutricional. Você consegue lembrar?

Segue abaixo um resumo das informações que precisam ser levantadas nesse processo de investigação:

- Dados demográfico-sociais (faixa etária, escolaridade, renda, estrutura familiar, ocupação);
- Dados biológicos (estado nutricional, saúde e seus determinantes);
- Dados sobre o consumo alimentar (preferências, hábitos, disponibilidades e recomendações, preparo, seleção, armazenamento, compras);
- Dados comportamentais:

Cognitivo: o que a população sabe sobre as questões alimentares?
Afetivo: o que a população sente sobre as questões alimentares?
Situacional: barreiras e potencializadores (como poder aquisitivo, alimentos, recursos disponíveis).

- Dados sobre recursos (financeiros, institucionais, logísticos, humanos, materiais);
- Demais informações sobre o território (água, luz, saneamento básico, presença de áreas de lazer e esporte)

Ao final dessa etapa teremos:

- Qual é o problema?
- Como se manifesta?
- Qual é a população afetada?
- Qual é o seu impacto sobre a vida social, econômica e cultural da população afetada?
- Constitui-se em um problema de saúde pública?

2.2. O que deve ser mudado? (Sujeitos da ação e objetivos)

Com os resultados da Fase 1 (diagnóstico e territorialização) saberemos quem devemos priorizar, quem serão os sujeitos da ação e qual o problema deverá ser trabalhado. Os sujeitos da ação nem sempre são definidos a partir do diagnóstico. Não raro temos que desenvolver ações com um público específico (gestantes da unidade de saúde X ou crianças menores de 5 anos da escola Y). Se for esse o caso, faremos o diagnóstico para priorizar a ação e definir os objetivos.

Devemos respeitar as características da população, e sermos realistas, propondo objetivos que sejam factíveis e mensuráveis. Usualmente propomos 'Objetivo Geral' e 'Objetivos Específicos'. O objetivo geral é mais abrangente e os específicos são as etapas para alcançar o objetivo geral (geralmente de quatro a seis) (ESPERANÇA; GALISA, 2014).

QUADRO 9. Síntese de propostas de planejamento de intervenção de EAN.

	Objetivo Geral	Objetivos Específicos
Exemplos de Objetivos para um plano.	• Aumentar o consumo de frutas e hortaliças das famílias do Programa Bolsa Família	• Melhorar o acesso das famílias a informações sobre esses alimentos. • Desenvolver atividades que incentivem o consumo desses alimentos, por exemplo: oficinas culinárias, cultivo de hortas etc.
Exemplos de verbos para elaboração de planos de EAN	Incentivar, aumentar, desenvolver, apreciar, adquirir, avaliar, aperfeiçoar, compreender, conhecer, motivar, citar, listar, explicar, enumerar, elaborar, preparar, indicar, anotar, diferenciar, relacionar, exemplificar, identificar, melhorar sensibilizar, compreender/ entender/saber	

Fonte: BARROS et al., 2014.

Vantagens de formular os objetivos do plano:

- Compreender com clareza as tarefas a serem planejadas e executadas;
- Racionalização do tempo de trabalho;
- Prever os custos financeiros, técnicos e materiais que se fazem necessários;
- Dispor de critérios objetivos para avaliar os resultados da intervenção.

Ao final teremos:

- Quem é o sujeito da ação?
- Quais são os problemas alimentares/nutricionais presentes?
- Qual(is) deve(m) ser priorizado(s)?
- Quais atividades ou práticas educativas já foram realizadas com essa população?

2.3. O que podemos fazer para colaborar com a mudança? (Conteúdo, Métodos, Parceiros, Recursos, Cronograma e Local)

Falamos em colaborar com a mudança e não em fazer a mudança, porque acreditamos que todo processo educativo é construído de forma coletiva e depende de diferentes atores para ter sucesso.

Nas ações de Educação Alimentar e Nutricional estamos lidando com temas que envolvem fatores socioculturais e afetivos. Não podemos simplesmente considerar que 'determinada população tem que aprender mais sobre determinado assunto'. É necessário compreender o contexto para definir o que falar, com quem falar, e de que forma falar. Não fazemos ações de EAN 'para algum público', e sim 'com um público' (BRASIL, 2012; 2013).

Conteúdos

Nesse item precisamos pensar nos conteúdos que melhor conseguirão atender os problemas a serem priorizados. Pode ser um conjunto de atividades, que contemple diferentes temas. Por exemplo, podemos trabalhar a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável com crianças menores de cinco anos com três temas: origem dos alimentos, prato saudável e mídia. Mas precisamos ter muita cautela com o excesso de assuntos que serão abordados, bem como com o método, a linguagem e o grau de complexidade.

As possibilidades de temas são inúmeras! Como vocês viram ao longo de todo nosso curso, os assuntos devem ser de interesses da população e abordar diferentes aspectos da cadeia alimentar.

Vamos ver algumas possibilidades de temas? Culinária x emancipação, cultura, patrimônio, sustentabilidade, sistema alimentar, agroecologia, autocuidado, autonomia, classificação dos alimentos, grupos alimentares, origem dos alimentos, mídia e informações adequadas, rotulagem nutricional, regularidade nas refeições, ingestão hídrica, destinação de resíduos, defensivos químicos, dentre muitos outros, que podem ser sugeridos pelos próprios sujeitos.

Em se tratando de EAN, devemos pensar em planos que **valorizem o sujeito, a democratização do saber, o ser social, a cultura, a ética e a cidadania.** E para que isso aconteça os planos devem superar alguns limitantes como: 1) a troca de saberes pautada apenas na dimensão nutricional dos alimentos; 2) a negação dos aspectos culturais e sensoriais; 3) as metodologias baseadas em palestras e elaboração de folders; 4) as recomendações descontextualizadas do meio onde está inserido o indivíduo ou a coletividade; e 5) a desconsideração de que os interesses econômicos do país compõem hoje os principais determinantes de uma alimentação de má qualidade, por meio da mídia e da indústria.

A base para superar esses limitantes consiste no tipo de educação que acreditamos, lembra? Como vimos na unidade 2 desse módulo. Pautar suas ações em instrumentos técnicos estratégicos, como o Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014b) e o Guia Alimentar para Crianças Menores de Dois Anos (em breve será publicado pelo Ministério da Saúde), também facilitará o sucesso das ações!

Outro ponto importante, é fazer uma avaliação prévia do assunto antes de iniciar a ação. Desta forma, ao finalizar a atividade você poderá reavaliar e ver se houve uma mudança de concepção sobre o assunto abordado!

Quer algumas ideias sobre temas e experiências de ações de EAN? Dê uma olhada no site da Rede Ideias na Mesa (https://www.ideiasnamesa.unb.br/) e no Caderno de Atividades - Educação Alimentar e Nutricional: o direito humano à alimentação adequada e o fortalecimento de vínculos familiares nos serviços socioassistenciais, disponível em: http://polis.org.br/publicacoes/caderno-de-atividades-educacao-alimentar-e-nutricional-o-direito-humano-a-alimentacao-adequada-e-o-fortalecimento-de-vinculos-familiares-nos-servicos-socioassistenciais/. (BRASIL, 2016; 2013).

Métodos

A questão central nesse tópico é identificar e descrever o "como". Como fazer com que o sujeito/coletivo se envolva com as ações e compreenda as mensagens? Primeiramente é preciso conhecer e considerar os valores, princípios, significados, culturas, necessidades, conhecimentos prévios e expectativas de cada ator envolvido. É preciso considerar o conceito de EAN em sua completude.

Podemos definir método como o caminho que será utilizado para o cumprimento dos objetivos. Como vimos na unidade 2 desse módulo, devemos optar por métodos e técnicas em que os sujeitos terão uma participação ativa durante o processo.

O Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas também faz a recomendação do uso de métodos ativos e abordagens problematizadoras que favoreçam o diálogo e a participação dos indivíduos e coletividades para as ações de EAN (BRASIL, 2012). Ademais, é imperativo um diálogo qualificado entre o saber, cultura popular e o saber técnico (BRASIL, 2014a; 2013), e as metodologias ativas possibilitam essa interação (BRASIL, 2016).

Além dos exemplos e materiais disponibilizados na unidade 2, você pode acessar os seguintes materiais para se empoderar sobre as metodologias ativas: "Caderno de metodologias: inspirações e experimentações na construção do conhecimento agroecológico" (BIAZOTI; TAVARES, 2017), disponível em: http://aba-agroecologia.org.br/wordpress/caderno-de-metodologias/. E o "Curso Ideias na Mesa: Metodologias participativas para ações de EAN" (BRASIL, 2016) Disponível em: https://www.ideiasnamesa.unb.br

Outro aspecto bem importante é a forma como você se comunica com os participantes. Isso fará toda a diferença no compartilhamento de saberes e no empoderamento do outro.

Vamos conhecer algumas técnicas de comunicação que facilitam esse processo?

- Manter o contato visual com o público;
- Usar linguagem clara ao público;
- Interagir constantemente com os participantes;
- Manter tom de voz audível e não linear;
- Limitar a quantidade de informações – o que é essencial?;
- Evitar textos e exposições longas no material de apoio;
- Usar imagens, desenhos e ilustrações no material de apoio (ESPERANÇA; GALISA, 2014).

Parceiros, Recursos e Cronograma

Vamos falar sobre estes três itens que estão correlacionados. É fundamental pensarmos nos parceiros que colaborarão com a ação de EAN, e estes poderão colaborar também com a descrição dos recursos disponíveis e com o cronograma.

A intersetorialidade veio sendo apresentada e discutida por nós ao longo de todo curso, não é mesmo? E ela se aplica também (e especialmente) ao planejamento e execução de ações de EAN! Nós sabemos

que na rotina de trabalho não é nada simples conseguir agenda com diferentes profissionais, mas é na rotina de trabalho não é nada simples conseguir agenda com diferentes profissionais, mas é importante tentarmos, pois veremos a otimização de força de trabalho e resultados positivos, e novas oportunidades naturalmente se abrirão.

Para concretizar a intersetorialidade é necessário fazer uma agenda de trabalho em comum, desde a fase do planejamento. O matriciamento, ferramenta de trabalho recomendada na atenção primária do setor saúde, pode ser utilizado aqui! Você lembra dele? Trata-se de uma metodologia de trabalho que oferece suporte técnico-pedagógico entre profissionais de diferentes áreas, produzindo a co-responsabilização e efetividade de discussões conjuntas. O objetivo é o compartilhamento dos saberes que são comuns a todos.

O matriciamento é apenas uma sugestão! O importante é organizar uma agenda coletiva, periódica. Fechar as agendas para esse fim! Vamos propor um turno por mês para começar?

Ainda falando de parceria, os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e as Câmaras Interministeriais de SAN (Caisan) podem ser facilitadores da aproximação entre a sociedade e o governo, nas esferas nacional, estadual e municipal, e outros conselhos (educação, saúde, assistência social) também podem incorporar a agenda de EAN (BRASIL, 2013).

No que se refere aos recursos é necessário prever o deslocamento e o desenvolvimento de materiais, os recursos audiovisuais (som, datashow, computador, TV, DVD) e recursos necessários a depender das atividades propostas (oficina culinária, alimentos, horta, material de papelaria, materiais para montagem de feira, internet, entre outros).

O cronograma deve indicar 'quando fazer a ação/atividade' e 'quantas vezes' (a periodicidade, se for o caso), bem como considerar os responsáveis por cada etapa. É muito importante também ter a duração, para que todos os participantes possam se programar. Muito provavelmente não conseguiremos ter todos os segmentos do governo representados em todas as etapas/ações, mas é importante que o planejamento tenha sido feito de forma coletiva e que todos saibam o que e quando as ações estarão acontecendo.

Local

A definição do local deve ser condizente com o número de participantes pretendidos e com os métodos descritos e planejados, tipo de atividade, condições de acesso dos participantes, dentre outros aspectos. Na multiplicidade de setores envolvidos na temática, temos um elenco de locais a serem considerados e devemos, sempre que possível, explorar o território dos sujeitos da ação. Alguns exemplos:

- Academias da Saúde;
- Praças;
- Escolas e creches;
- Bibliotecas;
- Centro de Referência de Assistência Social (CRAS);
- Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)
- Associações de moradores
- Unidades de Saúde
- Centros Comunitários
- Instituição de longa permanência
- Restaurantes populares e universitários, e cozinhas comunitárias
- Centros esportivos
- Igrejas

2.4. O que mudou? (Avaliação)

Esse tópico também deve estar presente no seu planejamento, embora será mais utilizado após a execução do seu plano. Todas as etapas devem ser acompanhadas e monitoradas, e ao final devemos fazer uma avaliação mais abrangente e completa de como foi a implementação da proposta.

Essa é uma etapa indispensável que permite efetuar análise crítica, objetiva, sistemática das ações realizadas e os resultados em relação ao que foi proposto, aos conteúdos, prazos, pessoas envolvidas e parcerias, para evidenciar as experiências positivas que podem ser replicadas em outro espaço e tempo (CERVATO-MANCUSO, 2011; ESPERANÇA; GALISA, 2014; BRASIL, 2013; CARVALHO et al., 2016).

Recomenda-se que essa etapa também seja participativa, incluindo os principais envolvidos na intervenção. São eles: sujeitos da ação; líderes comunitários do território; equipe de executores do plano; gestores e representantes do governo.

Existem várias formas de avaliação! Vamos abordar aqui os dois modelos mais utilizados: formativa ou em curso e somativa ou terminal.

- Formativa ou em curso: Considera o processo como um todo, possibilitando o aprofundamento da reflexão sobre o desenvolvimento das ações, desde o diagnóstico até a execução da (s) atividade(s), mostrando as dificuldades operacionais. Essa avaliação possibilita rever as estratégias metodológicas, os materiais empregados e aspectos subjetivos (sociais, econômicos, culturais, psicológicos...) demandados para atingir os objetivos (ESPERANÇA; GALISA, 2014; CARVALHO et al., 2016).
- Somativa ou terminal: É realizada quando as ações já terminaram. Os resultados apresentados avaliarão a atividade em si ('o que foi feito?', 'qual era o objetivo da atividade?'). Não se considera o decorrer do processo. O resultado das ações se restringirá ao ponto de chegada, como se estivesse 'somando' o que foi realizado (ESPERANÇA; GALISA, 2014; CARVALHO et al., 2016).

No contexto da EAN, com a transversalidade do tema alimentação, repleto de individualidades e experiências diversas, apostamos mais na utilização da avaliação formativa (CARVALHO et al., 2016).

É importante frisar que a avaliação deve ser coerente com as ações desenvolvidas e com prazo. Lembra que falamos no tópico 'Conteúdo' que os conhecimentos e atitudes da população precisavam ser medidos antes da intervenção, para nos proporcionar uma base de comparação posterior? Então, esse é o momento de pegarmos as mesmas perguntas que fizemos no início da intervenção e repetirmos para vermos as mudanças de concepção.

Em muitas ações de EAN só poderemos avaliar o quanto a população compreendeu sobre o que foi falado e trabalhado durante as intervenções. Não conseguiremos avaliar se houve mudança de comportamento ou modificação de indicadores de saúde, por exemplo, por que estes indicadores requerem mais tempo para sofrerem modificações, e nem sempre é possível.

O que se avalia? O alcance dos objetivos do projeto; O desenvolvimento das atividades programadas; O entendimento do público (compreensão); O custo e a efetividade do projeto (impacto).

Um modelo simples de avaliação que pode ser realizado de forma rápida, ao final de uma atividade, por exemplo é "Que bom! Que pena. Que tal?". O participante deve responder, oralmente ou por escrito, os pontos positivos da atividade (Que bom!); os aspectos negativos que não tenha gostado naquela atividade (Que pena.); e deve deixar as suas sugestões (Que tal?). Mas atenção, essa é uma ideia de avaliação complementar, que não substitui a análise crítica mais profunda.

E agora? Ficou mais claro como pode ser realizado um plano de ações de EAN? Esperamos que sim! Segue abaixo um quadro que sintetiza as ações do planejamento.

QUADRO 10. Síntese das ações de planejamento

Questões para implementação de um plano de EAN		
Identificação do plano:		
Questões	Etapas/Passos do Plano	Orientações
Qual é problema?	Diagnóstico e territorialização	Identificar problema, causas, recursos disponíveis. Estabelecer linha de base. Coleta e análise de dados básicos. Analisar o território.
O que deve ser mudado?	Sujeitos da ação e Objetivos	Quem é o público prioritário? Definição dos objetivos: Geral=Abrangente; Específicos=etapas para cumprir o objetivo geral.
O que podemos fazer para colaborar com a mudança?	Conteúdos, Métodos, Parceiros, Local, Cronograma e Recursos	Definir o conteúdo que melhor atenderá os objetivos. O tema depende dos objetivos, nível de conhecimento do público e do educador. Cuidado com excesso de temas. Distribuir por complexidade e tempo. Métodos: priorizar os ativos, que motivam e integram os sujeitos. Fazer levantamento de parceiros, recursos e cronograma coletivo.
O que mudou?	Avaliação	Pensar em indicadores factíveis, viáveis. Avaliação formativa (também mostra as dificuldades operacionais e é mais indicada), ou somativa (avalia os resultados da ação). Realizar avaliação compreensão do conteúdo.

Fonte: ESPERANÇA; GALISA, 2014; BRASIL, 2013.

CONCLUSÃO

Chegamos ao final da unidade cujo objetivo foi orientar a implementação e a avaliação de um plano de ações de Educação Alimentar e Nutricional. Detalhamos todo o processo de planejamento que subsidia a implantação e a avaliação de planos e projetos de EAN.

Devido aos inúmeros avanços da EAN diversos são os aspectos que devem ser contemplados para que a implementação de uma ação de EAN seja exitosa. Por outro lado, as etapas discorridas mostraram direcionamentos viáveis para a implementação dessas ações.

É fundamental desenvolver ações educativas intersetoriais, na perspectiva da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, compartilhando conhecimentos e práticas que contribuam com melhores condições de vida e de saúde da população. Esperamos que o material aqui apresentado contribua com as suas reflexões e práticas, bem como com a ampliação do escopo de ações de EAN em nosso país.

Referências Bibliográficas

BARROS, D. C. et al (Org.). **Educação Alimentar e Nutricional no Programa Bolsa Família.** Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2014. 128 p.

BIAZOTI, A.; ALMEIDA, N.; TAVARES, P. (Org.). **Caderno de metodologias: inspirações e experimentações na construção do conhecimento agroecológico.** Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2017. 84 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade:** recomendações para estados e municípios. Brasília: CAISAN, 2014a. 70 p. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/estrategiaobesiddade.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2019.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Caderno de Atividades - Educação Alimentar e Nutricional:** o direito humano à alimentação adequada e o fortalecimento de vínculos familiares nos serviços socioassistenciais. Brasília: MDS. 2013. Disponível em http://polis.org.br/publicacoes/caderno-de-atividades-educacao-alimentar-e-nutricional-o-direito-humano-a-alimentacao-adequada-e-o-fortalecimento-de-vinculos-familiares-nos-servicos-socioassistenciais. Acesso em 19 de outubro de 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas.** Brasília: MDS, 2012. 68 p.

BRASIL. Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição (OPSAN). **Curso Ideias na Mesa:** Metodologias participativas para ações de EAN. Brasília: OPSAN, 2016. Disponível em: https://www.ideiasnamesa.unb.br. Acesso em 19 de outubro de 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira.** 2a Edição, 1a reimpressão. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014c. 156p.

CARVALHO, M. C. V. S. et al. **Avaliação de ações de Educação Alimentar e Nutricional / EAN na escola.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2016. 23 p. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/avaliacao-de-acoes-de-ean/avaliacao-de-acoes-de-ean-na-escola/1-avaliacao-de-acoes-de-ean-na-escola.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2019.

CASTRO, C. G. J. Planejamento estratégico no processo de gestão. In: PHILIPPI JR., A.; PELICIONI, M. C. F. (Org.). **Educação ambiental e sustentabilidade.** Barueri: Manole, 2005.

CERVATO-MANCUSO, A. M. Elaboração de Programas de Educação Nutricional. In: CERVATO-MANCUSO, A.

M.; DIEZ-GARCIA, R. W. (Org.). **Mudanças Alimentares e Educação Alimentar e Nutricional.** 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2011. p. 187-197.

ESPERANÇA, L. M. B; GALISA, M. S. Programa de Educação Alimentar e Nutricional: Diagnóstico, Objetivos, Conteúdos e Avaliação. In: NUNES, A. P.; CHEMIN, M. S.; GARCIA. L. [Org]. **Educação Alimentar e Nutricional:** da teoria à prática. 1 ed. São Paulo: Roca, 2014.

FAO. Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação. **Guia Metodológico de Comunicação Social em Nutrição.** Roma: FAO, 1999. Disponível em http://www.fao.org/docrep/003/t0807p/t0807p00.htm. Acesso em 19 de outubro de 2018.

GABRIEL, C.G; FAGUNDES, A. **Promoção da alimentação saudável na atenção básica** [Recurso eletrônico]. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2016.